

ALÉM DO NACIONALISMO: UMA VISÃO LIBERAL SOBRE A FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

BEYOND NACIONALISM: A LIBERAL VISION ABOUT THE BORDER OF BRAZIL WITH PARAGUAY AND ARGENTINA IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Jiani Fernando Langaro*
jflangaro@ufg.br

RESUMO: O artigo discute um livreto publicado em princípios da década de 1930, intitulado *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931). Trata-se de um material publicitário, voltado a empresários do ramo madeireiro e de colonização de terras, que as compravam para extrair a madeira de lei e, após, revender os lotes rurais a pequenos e médios produtores rurais. Em específico, o texto analisa como a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é tratada nesse material publicitário. Entende-se que a narrativa nele contida é reveladora de certa visão empresarial sobre a zona fronteira. Também se compreende que o livreto institui uma memória sobre a fronteira destoante da maioria das versões circulantes sobre tal espaço, que denunciam uma pretensa “invasão estrangeira” e uma situação de barbárie promovida pelas obragens, grandes explorações de madeira e de erva-mate nativas, acusadas de fazerem uso de trabalho em condições análogas à escravidão e de violência desmedida nas relações cotidianas. O material em análise revela uma perspectiva liberal, em que a fronteira é entendida como espaço de interação comercial, sem preocupações com um debate mais profundo sobre soberania nacional.

PALAVRAS-CHAVE: História da palavra impressa; Memória; Fronteira.

ABSTRACT: The essay discusses a booklet published at the beginning of the 1930s, entitled *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931). It's an advertising material, dedicated to businessmen of woody and land colonization branch, that bought them to extract the hardwood and, after, resell the rural lots to little and medium farmers. In particular, the text analyses how the border between Brazil, Paraguay and Argentina was treated in this advertising material. It understands that the booklet's narrative shows one vision about the border zone. It also understands that the booklet created a memory about the border different of most of the versions about that space, that usually denounced a supposing “foreign invasion” and a barbarism situation promoted by the obragens, big exploitations of natives wood and mate, accused of using labor in conditions similar to slavery and intense violence in the daily relationships. The material in analysis reveals a liberal perspective, in which the border is understood as a space of commercial interaction, without concern with a deeper discussion of national sovereign.

KEYWORDS: Press Word History; Memory; Border.

A fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina durante a primeira metade do século XX é permeada por clichês negativos. Eles caracterizam uma razão abandonada pelo Estado, onde reinava a violência e a barbárie. Nela existiam obragens, grandes explorações de erva-mate e madeira nativas, que empregavam relações de trabalho em condições análogas à

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

escravização. Era, acima de tudo, uma região invadida por estrangeiros, especialmente argentinos e paraguaios,¹ segundo tais versões.

A construção de um enredo nacionalista que denunciava uma suposta invasão estrangeira na fronteira se baseava no uso predominante, pelos habitantes fronteiriços, das línguas espanhola e guarani, em suas vidas cotidianas, do peso argentino como moeda corrente e dos impressos argentinos como meios de comunicação (WACHOWICZ, 1982). Essa visão nacionalista era produto do imaginário militar brasileiro que via os vizinhos platinos como potenciais inimigos.² Vale frisar que o nacionalismo se intensificou na república, depois da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e da criação das ligas nacionalistas.³

Essa visão sobre o abandono ou a invasão da fronteira, portanto, era forte durante e Primeira República e se intensificou nos períodos seguintes, quando o nacionalismo brasileiro se tornou mais forte com o Estado Novo (LENHARO, 1986). Tais enredos, inclusive, chegaram à posteridade como memória cristalizada da fronteira durante a primeira metade do século XX.

Entretanto, uma pergunta permanece em aberto. Diante da situação vivida na fronteira, havia possibilidade de outras leituras para aquela realidade? Ou, de maneira mais assertiva, existiram outras leituras sobre a fronteira para além daquelas de ordem nacionalista?

Embora visões nacionalistas tenham sido predominantes – e há variações significativas entre elas – encontramos outras leituras sobre a fronteira, que revelam matrizes teóricas diferentes. Uma delas é a liberal, que já tangenciamos em publicação anterior (LANGARO, 2018). Dentro dessa compreensão, é preciso apontar que obrangeiros estrangeiros, como o argentino Julio Tomaz Allica, não se percebia como um invasor, mas como um desbravador do “sertão”, alguém que convertia esse espaço em terras “produtivas”. Em tal perspectiva, ele chegava a ser acompanhado por autoridades civis paranaenses, que também o viam dessa maneira.⁴

¹ Sobre essa visão acerca da fronteira, ver: Wachowicz (1982).

² A possibilidade de uma invasão argentina na fronteira é pensada por João Cabanas (1928), integrante do movimento tenentista de 1924.

³ Acerca das ligas nacionalistas, ver: Bertanha (2011), Darós (2016), Pires (2015).

⁴ A esse respeito, ver: Ballão (1921).

Todavia, resta perguntar como empresários brasileiros, nesse contexto dominado pelo capital estrangeiro, concebiam a fronteira. Eles também percebiam os obrageiros estrangeiros como desbravadores ou os compreendiam como invasores? As respostas a essas perguntas apresentaremos nas páginas a seguir.

1. Um livreto sobre a fronteira

Pistas para encontrarmos respostas para essas questões podem ser encontradas em um livreto publicitário publicado em 1931, a mando do empresário brasileiro Miguel Matte. O impresso se intitula *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931), possui dezenove páginas e foi publicada pela Livraria Mundial de Curitiba.⁵ Sua capa e folha de rosto são ilustradas com a impressão de uma fotografia de saltos das Cataratas do Iguazu (Figura 1), como forma de chamar a atenção para as belezas e potencial energético da região.

Figura 1 – Capa de *Foz do Iguassú: estado do Paraná*



Fonte: MATTE (1931, capa).

Conforme discorre Robert Darnton (1987, 1990, 1998), toda publicação precisa ser compreendida dentro de um “circuito de comunicação” que, embora apresente variações de obra para obra, também evidencia pontos em comum entre todos os impressos:

⁵ A Livraria Mundial era uma das principais editoras paranaenses do começo do século XX, publicava a obra de expoentes da intelectualidade do estado, como o escritor Dario Vellozo. In: Myskiw (2008).

[...] talvez caiba propor um model geral para analisar como os livros surgem e se difundem entre a sociedade. Evidentemente, as condições variaram tanto de lugar para lugar e de época para época, desde a invenção do tipo móvel, que seria tolo esperar que todas as biografias dos livros se encaixassem num mesmo modelo. Mas, de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição (DARNTON, 1990, p. 112).

É nessa perspectiva que analisamos *Foz do Iguaçu*: estado do Paraná (MATTE, 1931). Ela não é uma obra como outras tantas que circularam na época, extensas, que apresentavam memórias e relatos de viagens à fronteira. Também não é um reclame, como os muitos que circularam durante a primeira república, famosos no comércio paulista, como bem explorou em suas pesquisas Heloisa de Faria Cruz (1996).

Trata-se de uma obra publicitária voltada a investidores, que poderiam comprar parcelas das terras de Miguel Matte para destiná-las à colonização, ou seja, para revenda a pequenos e médios produtores rurais. É por isso que, embora exista uma marca de Matte da confecção do material, que o encomendou, aprovou e vinculou seu nome a ele, é bem possível que o livreto como um todo tenha sido feito sob encomenda e não somente a impressão.

Mas quem, afinal, era Miguel Matte? Ruy Christowam Wachowicz (1982) afirma que ele pertencia a uma família de empresários que atuavam na região da fronteira:

Nas vizinhanças do território da antiga Colônia Militar de Foz do Iguaçu, vários membros da família Matte, procedentes do Rio Grande do Sul, adquiriram do Estado do Paraná várias glebas de terras. Eram eles: Waldemar Matte, João Emílio Matte e Miguel Matte. Este último organizou a Companhia Florestal do Paraná S/A., com sede em Foz do Iguaçu, a fim de explorar e colonizar a região, como previam os contratos com o Estado do Paraná. Em 1924, Miguel Matte, contraiu, com a firma argentina Alfredo Giambelli e Cia., sediada na cidade de Rosário, um empréstimo de 100 mil pesos. Para dar cobertura a esse empréstimo, foram dados sob hipoteca os imóveis *Ochoy* e *Passo Cuê* o primeiro adquirido em 1922 e o segundo em 1923 do Estado do Paraná, figurando como adquirente, Raimundo Piccoli.

Segundo os compromissos de Miguel Matte como o governo do Paraná, este exigia a colonização das terras vendidas. Dezenas de famílias de colonos foram atraídas do Rio Grande do Sul. Entretanto, mais esta tentativa de colonização, em regime de pequena propriedade, fracassou. As *obrages*,⁶ enquanto sistema de exploração, à medida que ainda permaneciam ditando as normas na região, levaram essa e outras tentativas de colonização, em

⁶ O vocábulo “obrages” também é correntemente utilizado e aceito para designar “obragens”. O mesmo ocorre com as palavras “obrageiros” e “obrageros”, ambas as grafias são tomadas como corretas.

regime de pequenas propriedades, ao aniquilamento. O problema fundamental era a falta de comunicação. Não era possível escoar a produção para os centros consumidores. A principal via de acesso para a região continuava sendo o rio Paraná, cuja navegação estava nas mãos dos *obrageros*, em sua maioria argentinos. Os colonos trazidos por Miguel Matte para a região, ali não permaneceram. Alguns voltaram para o Rio Grande do Sul, outros dispersaram-se pela Argentina.

O credor da hipoteca contra Miguel Matte, transferiu seus direitos a Ramon Lopez, por volta de 122 mil pesos. Como a *Companhia Florestal do Paraná S/A* não pode saldar a hipoteca, transferiu para Ramon Lopez os imóveis hipotecados. Nas transações imobiliárias dos membros da família Matte, entraram ainda o Banco da Província do Rio Grande do Sul, a União Popular de Venâncio Ayres e a Caixa Econômica Federal (WACHOWICZ, 1982, p. 160-161).

O autor não detalha, porém, como se deu essa suposta asfixia do empreendimento colonizatório pelas obragens. Assim, não sabemos se houve algum boicote no transporte de mercadorias pelo rio Paraná ou se os preços praticados pelas obragens para transportar mercadorias de terceiros eram sobremaneira elevados. Essas afirmações, no entanto, contrastam com a narrativa do livreto que, como veremos adiante, apresentava a navegação no rio Paraná como um dos atrativos da região, detalhando, inclusive, o preço dos fretes para potenciais compradores de terras.

O livreto poderia ser parte de um plano de captação de recursos empreendido por Matte para vender parte de suas concessões a fim de obter dinheiro para investir no restante delas. Por outro lado, poderia ser um meio para levantar verbas com o intuito de saldar sua dívida, algo que não foi possível, haja vista ele ter entrado em falência.

De toda forma, o material apresenta uma visão sobre a fronteira e produz uma narrativa sobre essa região limítrofe do Brasil com seus vizinhos platinos. Ao realizar essa tarefa, adota uma perspectiva que destoa da usual, pois apresenta a região como um lugar prenhe de potencialidades e riquezas e não como um local carente de desenvolvimento, como incivilizado ou invadido por estrangeiros.

2. A fronteira em Foz do Iguassú: estado do Paraná (MATTE, 1931)

Antes de analisarmos a concepção de fronteira em *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931), precisamos definir o que entendemos por meio desse conceito. Trata-se de algo sem uma definição simples e que não pode ser simplificado como uma linha que separa países. Como bem destacou Benedict Zientara (1989, p. 307): “A linha da fronteira é portanto

uma abstração que não tem existência real fora do mapa geográfico. Mesmo o confim entre a terra e o mar não é uma linha, mas sim uma orla ou margem traçada pelo mar”.

Antônio Marcos Myskiw (2009), ao estudar a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, a compreende como uma região de expansão da sociedade nacional brasileira. Para chegar a tais formulações, ele se ampara em autores como Frederick Jackson Turner e José de Souza Martins. Comungamos de tal formulação e entendemos também que a fronteira se trata de um “espaço praticado” (CERTEAU, 2000, p. 202), ou seja, vivido e significado por aqueles que a habitam e/ou que dela tratam.

Dessa maneira, entendemos que *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931), ao apresentar seus escritos, não apenas reflete uma fronteira existente previamente ao ato de redigir e publicar seus textos. Ao invés disso, como parte de uma fronteira praticada – e entendendo sua redação como uma forma de prática –, tais escritos auxiliam a construí-la e a significá-la como uma espacialidade específica e especial, em que se demarca limites e se estabelece interações entre diferentes países.

Em nossa análise, também consideramos as relações sociais que permearam o processo de escrita sobre a fronteira, realizado em *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931). Esse é um elemento importante para se considerar ao estudar os espaços limítrofes do país. Conforme destacam Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Ebling Farinatti, em suas pesquisas sobre a fronteira meridional do Brasil no século XIX:

Nesse sentido, é preciso evitar tratar a fronteira como uma entidade homogênea, que pode ser classificada com apenas uma definição. Ao contrário, parece muito mais útil considerá-la através das inúmeras relações sociais que eram possíveis de serem estabelecidas naquele espaço (FLORES; FARINATTI, 2009, p. 157-158).

Na proposta dos autores, a fronteira é multifacetada, não sendo possível estabelecer um sentido único para ela, sob risco de tomá-la de forma homogênea e, dessa maneira, simplificar sua complexidade. Para Mariana F. C. T. Flores e Luís A. E. Farinatti (2009), cada grupo social significa o espaço limítrofe nacional de maneira diversa, tendo como base as experiências e relações sociais construídas em seus cotidianos. Assim, para compreender a fronteira, os autores entendem que:

É necessário interrogar como os habitantes da fronteira, de sua parte, construíram significados e estratégias para lidar com o fato de viverem em um espaço conformado por uma zona de fronteira, com um limite nacional

de permeio. E mais, é preciso perceber que viver em uma fronteira era uma situação que propunha problemas e possibilidades diversos para os agentes, conforme fosse a sua posição social. Era a partir dela que esses sujeitos inventavam modos de lidar com a existência de um limite nacional, em processo de construção (FLORES; FARINATTI, 2009, p. 157-158).

Assim, para Mariana F. C. T. Flores e Luís A. E. Farinatti (2009), é preciso historicizar como diferentes grupos sociais lidam com a fronteira, sejam eles membros dos grupos dominantes regionais ou não. Portanto, a posição social ocupada por cada sujeito histórico fronteiriço é muito importante na proposta delineada pelos autores. Eles ainda alertam que: “Não se deve restringir essas relações possíveis apenas às das duas ‘nacionalidades’ em contato ou às relações que esses grupos fronteiriços estabelecem com seus Estados centrais” (FLORES; FARINATTI, 2009, p. 158-159). Assim, deixam claro que as relações centro-periferia/fronteira ou aquelas estabelecidas entre nacionalidades diferentes não esgotam a complexidade que marca a fronteira.

Tais reflexões são importantes para nosso estudo porque que *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931) é um impresso produzido dentro de uma experiência empresarial fronteiriça. Isso porque, conforme já frisamos, o principal agente produtor do livreto foi Miguel Matte, homem de negócios da fronteira, que o encomendou no intuito de divulgar as potencialidades de seus empreendimentos. Assim sendo, as relações sociais que permeiam a obra, bem como o lugar social em que ela foi produzida, são considerados ao longo de toda a nossa análise.

Quanto à obra em si, ela se divide em quatro seções, “Fóz do Iguassú”, “Fazenda Iguassú”, “Colonização” e “Imigração”. Na primeira seção, “Fóz do Iguassú”, o livreto apresenta os potenciais da cidade de Foz do Iguacu. A abrir o texto da seção, reproduzindo o formato de uma epígrafe, temos uma menção a Monteiro Lobato. O conhecido escritor brasileiro teria feito o prognóstico de que, no ano 2000, existiriam dois grandes polos de desenvolvimento no continente americano, os EUA e a região do rio Paraná. Dessa maneira, a obra convertia o otimismo com a Argentina, comum em princípios do século XX, em perspectivas de prosperidade para todo o vale do rio Paraná. Assim, Foz do Iguacu emerge na narrativa da obra como cidade com localização privilegiada, dotada de um potencial energético incrível, graças às possibilidades de exploração hidrelétrica das Cataratas do Iguacu.

Para além disso, o local é caracterizado como dotado de toda a infraestrutura para receber novos habitantes, como hospital, igreja, escola e comércio em desenvolvimento. Um dos pontos de destaque seria seu porto:

Porto de um rio navegavel, no qual já têm atracado vapores de grande calado, Foz do Iguassú está talhada para ser um grande entreposto commercial, não só dos innumeraveis productos do seu rico município, mas, tambem, dos productos de uma grande parte do valle do Ivahy, onde a cultura do café está se desenvolvendo com optimos resultados. – A herva matte, a madeira, o fumo e as fructas terão sempre mercados francos nas visinhas cidades de Posadas, Buenos Aires, Rosario, Corrientes e outras do Rio da Prata e os productos agricolas em geral, nos mercados nacionaes de São Paulo, Rio de Janeiro e outos do norte do Brasil. (MATTE, 1931, p. 7).

Como se pode observar, o comércio com os países vizinhos aparece de maneira positiva na citação acima. Muitas vezes essas relações comerciais foram tomadas como algo desvantajoso para o Brasil, como um fluxo de mercadorias dominado completamente pelos argentinos, em diversas oportunidades introduzido em nosso país por meio do contrabando, com prejuízos ao fisco.⁷ Na passagem acima, vemos que, nos anos 1930, aparecem perspectivas de um fluxo comercial contrário, de produtos brasileiros nas praças comerciais argentinas. Esse é um tema reiterado ao longo da narrativa do livreto.

A erva-mate e a madeira, por seu turno, não são compreendidas como produtos pilhados por estrangeiros, por meio de um extrativismo predatório,⁸ mas como parte das riquezas da região disponíveis para exportação. A somar-se a esses produtos viria o café do vale do rio Iváí, tema que denota, na narrativa, a diversificação agrícola e comercial da região. Também imprime à narrativa o peso desse produto, líder das exportações brasileiras de então (ARIAS NETO, 2021), como símbolo de desenvolvimento e garantia de prosperidade para o lugar.

Em “Fazenda Iguassú”, temos uma seção do livreto dedicada ao imóvel de 115 mil hectares possuído por Miguel Matte e que estava à disposição para vendas. Essa seção apresenta a fertilidade e demais potenciais da fazenda. O texto é rico em detalhes sobre as possíveis formas de escoamento da produção. Um dos pontos fortes da área rural, na perspectiva apresentada pelo livreto, seria a facilidade e o baixo preço do transporte:

O transporte fácil e barato seria, sem duvida, um dos principaes factores deste e de outros empreendimentos na FOZ DO IGUASSÚ. – Felizmente,

⁷ A esse respeito, ver: Lobato Filho (1953).

⁸ Essa perspectiva aparecerá de forma incisiva alguns anos depois, em: Figueiredo (1937).

porem, alli já existe um regular serviço de vapores, mantido pela Companhia Argentina de Navegação “MIHANOVICH”, e outras, que recebem cargas e passageiros para os portos do Rio da Prata, do Brasil, e outras partes do Universo, – via B. Aires. (MATTE, 1931, p. 9)

Novamente a narrativa do livreto é dissonante com o que se cristalizou sobre a região, durante a primeira metade do século XX. Ao invés de apresentar a fronteira como lugar distante e isolado, de difícil acesso, ela é tratada como local cosmopolita, conectado pelo rio Paraná ao “universo”, ou seja, a cidades como Posadas, Porto Epitácio e, por meio delas, Buenos Aires, São Paulo e outras urbes mundiais.

O rio, nessa perspectiva, longe de ser a única e dramática alternativa de deslocamento para o “sertão”, seria um canal viável para o escoamento da produção, capaz de proporcionar aos investidores um bom retorno para os recursos alocados nos negócios fronteiriços. Esse discurso contrasta, todavia, com a falência do empreendimento de Miguel Matte. Culpabilizar as obragens, no entanto, não nos parece argumento suficiente haja vista terem existido outras colônias de migrantes gaúchos nas barrancas do rio Paraná, nesse mesmo período. Uma delas foi Santa Helena, que não só sobreviveu como prosperou na região, não tendo sido os empreendimentos obrageiros ou a navegação fluvial impeditivos ao seu funcionamento.⁹

Na sequência, a obra detalha os valores dos fretes para diversos produtos, a bordo dos vapores que singravam o rio Paraná. Essa é uma narrativa recorrente na publicação, que procura municiar os investidores de muitos dados, a fim de convencê-los da viabilidade em investir na região.

Nesse esforço, é apresentada a grande riqueza da região e um de seus principais – se não o principal – produto de exportação, a madeira:

Existem nesta propriedade diversas qualidades de madeira de lei, destacando-se, porem, com grande abundancia, o cedro, o ipê ou lapacho, a cabreuva, o louro, o angico, a canna fistula, o iviraró, o guatambu e a timbauva, todas muito apreciadas e, por isso, grandemente consumidas nos mercados do Rio da Prata, para onde a exportação é já considerável, pelos diversos portos do rio Paraná (MATTE, 1931, p. 10).

Novamente vemos a madeira apresentada como grande produto de exportação e riqueza regional, e não como objeto de pilhagem ou vítima de exploração estrangeira inconsequente. A seguir, temos um relato detalhado sobre como se dava a exploração da

⁹ Sobre a colônia em Santa Helena, ver: Colodel (1988).

madeira, do corte ao transporte até Buenos Aires, que era feito de forma rudimentar, com a madeira sendo exportada “em bruto, isto é, em toros roliços e falquejados” (MATTE, 1931, p. 10), que formavam jangadas. Entretanto, se esclarecia que isso não era produto da falta de recursos, mas uma opção, haja vista ser esse sistema o meio de transporte mais barato para a exportação de madeira.

Talvez como forma de afastar a imagem de um lugar atrasado, carente de novas tecnologias, o livreto destacava a inauguração de uma serraria à vapor na região, de propriedade de Miguel Matte, em cujo anexo havia uma fábrica de móveis:

Pelo propietario destas terras acaba de ser installada, dentro da mesma propriedade, uma serraria a vapor e, anexa, uma fabrica de moveis, destinando os seus productos para os mercados do Rio da Prata. – Ambas essas industrias estão em pleno funcionamiento e os seus productos gosam da melhor acceitação dos mercados platinos (MATTE, 1931, p. 11).

Dessa maneira, o texto do livreto procurava mostrar que as exportações para a Argentina não se restringiam a produtos primários. Móveis, na condição de bens industrializados, também seriam objeto de comercialização. Essa era, possivelmente, uma resposta às críticas que se fazia ao comércio na fronteira e à hegemonia platina naquele segmento da navegação do rio Paraná.

O livreto apresentava ainda os preços da madeira em Buenos Aires, buscando dar o máximo de informação aos potenciais compradores de terras. Como notamos, o material era publicitário e tinha todo um conjunto de recursos narrativos para convencer seus leitores. Um deles era aparentar o máximo de transparência, o que explica tantos dados apresentados ao leitor, bem como esclarece as razões de o material também explicitar os pontos fracos do empreendimento. Isso é perceptível em uma passagem em que um grande pinheiral é anunciado, mas afirma-se que era inviável explorá-lo de imediato, haja vista sua distância, que demandava a construção de uma pequena linha férrea.

Por fim, são apresentadas as rodovias que ligariam Foz do Iguaçu a outros centros. Sabemos que muito se reclamava das condições de tráfego nessas vias, algo que é omitido

pelo livreto.¹⁰ Em outra parte da publicação, inclusive, as estradas da região são tratadas como plenamente rodáveis, sem grandes impedimentos.

Em “colonização”, temos uma curta seção que defende a viabilidade de colonização de áreas do município de Foz do Iguaçu e da Fazenda Iguassú. Frisava-se que não somente a energia elétrica era um grande potencial da região, mas as condições oferecidas para a formação de colônias. Nesse aspecto também contribuía a posição geográfica fronteiriça desse espaço, pois:

Effectivamente, com os inesgotáveis recursos de que dispõe a Foz do Iguaçu e, principalmente, a fazenda “IGUASSU”, com suas terras fertilíssimas, que tudo produzem; com as suas inumeráveis qualidades de madeiras, tão conhecidas e tão bem cotadas no mercado do Rio da Prata ; e, finalmente, com os seus frondosos herveas, cujo producto – sem favor nenhum – é a delícia do consumidor argentino, o colono que ali chegar, encontrará, já de entrada, fonte de renda, segura e certa, nos trabalhos que lhe proporcionam a madeira e a herva matte, sem prejuízo dos seus *affazeres* agrícolas (p. 13-14).

Novamente a madeira e a erva-mate são entendidas como riquezas regionais. Nesse caso, ao invés de serem compreendidas como um entrave à colonização da região (por alimentar as obragens), se defendia que elas poderiam impulsionar as colonizações. Nessa perspectiva, tais produtos sustentariam os colonos nos primeiros tempos e servir-lhes-ia como uma alternativa de renda. Assim, eles não precisariam esperar pelas primeiras colheitas para ter uma produção comercializável, pois poderiam exportar madeira e erva-mate, e, dessa forma, se capitalizar.

Entretanto, resta pensarmos em quem seriam os colonos almejados pelo livreto. Na seção seguinte, “Imigrantes”, temos a resposta. Seriam imigrantes vindos de outros países, provavelmente do continente europeu. Toda o texto desse segmento do livreto contém sugestões de ações a serem realizadas no contexto de colonizações planejadas, que poderiam ser colocadas em prática pelos empresários do setor que adquirissem terras na Fazenda Iguassú.

Os detalhes apresentados no livreto são muitos para a fundação de novos núcleos coloniais. Informações sobre as culturas agrícolas possíveis na região, clima, melhor época do

¹⁰ As más condições da estrada aparecem muito claramente na obra de César Prieto Martínez (1925), *Sertões do Iguaçu*, secretário estadual da instrução pública que viajou em missão de trabalho para a fronteira e, na volta, escreveu um livro de relatos de viagem.

ano para imigração, infraestrutura mínima que as empresas colonizadoras deveriam providenciar para os colonos são pontos que constam da narrativa do livreto. Não cabe aqui esmiuçarmos esses elementos, por eles fugirem ao nosso recorte temático. É importante apenas destacarmos como em tal empreendimento novamente a fronteira é pensada.

Como parte das possibilidades que uma colonização na região abriria, estaria a fundação, pelos colonos, de uma cooperativa, nos moldes “europeus”, segundo o livreto. A cooperativa deveria contar ainda com um banco agrícola:

[...] com séde na Colonia ou mesmo na cidade de Foz do Iguassú, de onde as suas transacções poderão estender-se até as praças de Rio da Prata, com as quaes já é bem intenso, e tende a aumentar, o intercambio commercial com a Foz do Iguassú e com todos os outros portos marginaes do rio Paraná” (MATTE, 1931, p. 17).

Na passagem acima, novamente encontramos a fronteira apresentada de forma positiva. Ela não aparece como um lugar de invasão estrangeira, de degradação humana ou de ausência de progresso. Dentro de uma visão comercial de época, a zona fronteira representava um lugar privilegiado para a possibilidade de negócios com o estrangeiro. As cidades argentinas, longe de representarem uma ameaça aos núcleos urbanos brasileiros fronteiriços, seriam potenciais mercados consumidores para produtos e serviços nacionais. Foz do Iguaçu, nesse aspecto, ocuparia posição de igualdade com Posadas,¹¹ como lugar privilegiado para a realização de negócios que transcendessem os limites do solo pátrio.

3. Instituição de memórias e liberalismo em Foz do Iguassú: estado do Paraná

Laura Antunes Maciel (2004), em importante discussão sobre a imprensa escrita brasileira, a caracteriza como um meio instituinte de memórias. Entendemos ser possível compreender *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931) também dentro dessa categoria. Isso porque o livreto institui uma imagem para a fronteira, ao narrar suas potencialidades e riquezas, no afã de conquistar potenciais compradores de terras. Ao realizar esse trabalho, articula presente, passado e futuro, de maneira a construir uma memória sobre o lugar. Assim, acaba por instituir não apenas imagens e memórias da região para o presente imediato em que se vivia, no ano de 1931, mas também à posteridade.

¹¹ Posadas é tratada por Martinez (1925) como o grande centro da região de fronteiras entre Argentina, Paraguai e Brasil.

Essas memórias davam conta de uma região fértil, prenhe de riquezas naturais que poderiam ser exploradas comercialmente. Com um potencial energético enorme, prometia ser, futuramente, um dos grandes polos econômicos de todo o continente americano. Portanto, era um lugar extremamente promissor. Destarte, sua posição geográfica seria privilegiada, garantindo um intercâmbio econômico dinâmico com os países platinos, especialmente a Argentina. Essa nação seria um grande mercado econômico não somente para produtos oriundos do extrativismo, mas também da agricultura e até mesmo da indústria.

Nas memórias instituídas pelo livreto, não temos uma região abandonada pelo Estado brasileiro, invadida econômica e culturalmente pela Argentina. As explorações de madeira e de erva-mate nativas também não são apresentadas como produtos extraídos predatoriamente de terras brasileiras e, no limite, a origem de bárbaras obragens, onde reinava a violência e o trabalho em condições análogas à escravidão. Foz do Iguaçu também não era considerada uma urbe em que o progresso seria ausente (MARTINEZ, 1925), em que autoridades usavam arbitrariamente da violência para exercer seus poderes (FRANCO, 1973), o que, dentro dos valores de época, a fariam “incivilizada”.

Ao invés disso, temos uma cidade considerada em processo de desenvolvimento, que já disponibilizava aos seus moradores uma infraestrutura básica para que todos pudessem ali viver e prosperar. A exploração de madeira e de erva-mate nativas é considerada dentro de uma visão empresarial, que ignora o caráter predatório de sua extração, na região. Assim, ambos os produtos nativos são pensados como parte do potencial da região em oferecer uma natureza facilmente transformável em produtos comercializáveis, dentro de uma ideologia do desenvolvimento.¹² Dentro da lógica comercial que se instalou com a negociação de terras, a extração de erva-mate e de madeira nativas representava um retorno rápido para o investimento realizado na compra de parcelas de solo rural. As obragens, por seu turno, eram ignoradas pela narrativa do livreto, possivelmente para evitar propaganda negativa da fronteira, algo que poderia atrapalhar os negócios.

Entre os atrativos para um possível investimento estava o caráter fronteiro da região. Longe da imagem de um lugar distante e isolado do restante do Brasil, Foz do Iguaçu é

¹² De acordo com Raymond Williams (2007), “desenvolvimento”, no século XX, adquiriu sentido de crescimento econômico, que deveria ser alcançado por meio da exploração de recursos naturais. Dessa maneira, o mundo teria países “desenvolvidos”, que serviriam de exemplos a serem seguidos pelos demais.

apresentada como uma cidade conectada com São Paulo e Buenos Aires. O contato seria feito por meio do rio Paraná. Ele, longe de ser visto de forma negativa, enquanto via de locomoção e de escoamento da produção mais lenta que as ferrovias, é tratado como um meio fácil e barato para a venda de mercadorias.

Nesse aspecto, os vapores de bandeira argentina, de propriedade obrageira, que singravam o rio Paraná, não são apresentados como parte de um contexto de invasão. Ao invés disso, eles são tratados como uma vantagem da região fronteiriça brasileira, que tinha ao seu dispor meios de comunicação baratos para o trânsito de pessoas e mercadorias. Para provar tal assertiva, os valores cobrados a título de frete são elencados pelo livreto.

Assim, o próprio comércio no rio Paraná foi ressignificado em *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931). A Argentina deixava de ser vista como uma ameaça e passava a ser vista como um grande mercado consumidor potencial para os mais diversos produtos oferecidos pela fronteira. Nesse aspecto, invertia-se a lógica comercial, de um forte exportador de produtos para o Brasil, a Argentina passava a ser compreendida como uma possível grande importadora de mercadorias, para além da erva-mate.

Essa visão, vale frisar, está muito calcada no ideário liberal, que, no campo econômico, preconiza o livre mercado entre os países, um dos desdobramentos da doutrina de intervenção mínima do Estado na economia. De acordo com Cenci, Bedin e Fischer:

A principal característica do liberalismo é a defesa do Estado mínimo, ou seja, a ideia de que o Estado deve intervir o mínimo possível, deixando à “mão invisível do mercado” a regulamentação das relações econômicas. Daí advém o lema “*laissez faire laissez passer le monde va de lui même*” (“deixei fazer, deixei passar, que o mundo caminha por si mesmo”). (CENCI; BEDIN; FISCHER, 2011, p. 80)

Os valores liberais, portanto, entram em choque com parte do nacionalismo, por entenderem que os mercados não devem ter fronteiras. Dentro dessa lógica, as riquezas naturais poderiam ser exploradas por empresas de qualquer origem nacional, que deveriam ter a liberdade de exportar mercadorias para qualquer país, sem barreiras protecionistas.

Todavia, é preciso lembrar que o livreto estudado se calcava muito em expectativas. Elas são considerativas em evidenciar como a Argentina era vista por parcela do empresariado com negócios na fronteira. Entretanto, projeções comerciais não podem ser tomadas em sentido literal. A própria Argentina, nesse período, adotou leis protecionistas que dificultaram

a exportação de erva-mate para o país e que acabaram por inviabilizar as obragens (WACHOWICZ, 1982).

Em linhas gerais, na narrativa criada por *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931), buscava-se convencer empresários a realizarem investimentos na região. O público-alvo do material eram investidores do ramo de colonizações. Eles costumavam comprar terras, exploravam a madeira e vendiam as áreas rurais – após o parcelamento delas – a pequenos e médios agricultores.¹³ Aos empresários do ramo de colonizações se tentava convencer que o potencial regional era enorme, que os colonos ali seriam prósperos e, portanto, se interessariam em adquirir áreas rurais naquela zona limítrofe do Brasil com seus vizinhos platinos.

Esse era um ponto nevrálgico dos negócios de Miguel Matte. Ele não somente tentou revender suas terras a empresários interessados em negócios de colonização, pois também ele próprio tentou colonizar suas terras, como vimos. A falência de Matte pode sugerir que, até os anos 1930, a fronteira não era um lugar tão prenhe de potencialidades para a realização de negócios como afirmava o livreto. Todavia, o impresso é um material muito rico para observarmos a pluralidade de leituras que se realizou sobre a fronteira, na primeira metade do século XX.

Considerações finais

Ao longo do texto exploramos um documento de época, *Foz do Iguassú: estado do Paraná* (MATTE, 1931), que apresenta uma narrativa destoante das versões cristalizadas sobre a fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Seguindo princípios liberais, o caráter limítrofe da região não foi concebido de forma negativa, mas positiva, como potencial para a realização de negócios e de promoção de desenvolvimento.

Essa perspectiva, que nos parece um pouco distante da realidade de época, em que a Argentina cercava sua economia com barreiras alfandegárias (WACHOWICZ, 1982), possui diversos méritos. Um deles é contribuir, mesmo que indiretamente, para uma visão positiva sobre o povo argentino que, deixando de ser visto como “invasor” da fronteira, pode ser compreendido como um potencial consumidor de produtos brasileiros.

¹³ Sobre essa dinâmica madeireira e de colonização, ver: Colodel (1988) e Grondin (2007).

Todavia, perde-se, nessa perspectiva, uma dimensão de soberania nacional e de defesa de uma exploração racional das riquezas do país, que permeava as narrativas nacionalistas. Tais questões demonstram como se formaram dois polos, um mais estremado no nacionalismo e outro mais estremado no liberalismo. Talvez isso tenha sido produto de um debate político insuficiente sobre a fronteira e sobre o extrativismo vegetal que ali imperava, em um período que tais questões ainda não estavam tão em voga como nas décadas de 1950 e 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. p. 183-214.

BALLÃO, Jayme. *A Fóz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná (Descrição de viagem) 1920*. Curityba: Typ. d'A República, 1921.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil na guerra. In: *A primeira guerra mundial: o conflito que o mudou o mundo (1914-1918)*. Maringá/PR: EDUEM, 2011. p. 103-115.

CABANAS, João. *A columna da morte: sob o comando do tenente Cabanas*. 4. Ed. Rio de Janeiro, 1928.

CENCI, Ana Righi; BEDIN, Gabriel de Lima; FISCHER, Ricardo Santi. Do liberalismo ao intervencionismo: o estado como protagonista da (des)regulação econômica. *Constituição, Economia e Desenvolvimento*. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 77-97, jan-jun. 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

COLODEL, José Augusto. *Matelândia: história & contexto*. Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel/PR: Assoeste, 1992.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n. 13, p. 81-92, jun. 1996.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DARÓS, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2009. p. 145-177.

FIGUEIREDO, Lima. *Oéste Paranaense*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagem pelo Alto Paraná*. s/l: s/ed., 1973.

GRONDIN, Marcelo. *O alvorecer de Toledo: na colonização do oeste do Paraná (1946-1949)*. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2007.

LANGARO, Jiani Fernando. De sertão a região: história, memória e regionalismo na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. In: GEBARA, Ademir; CAMPOS, Herib CABallero; BALLER, Leandro (Org.). *Leituras de fronteiras: trajetórias, histórias e territórios*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2018. p. 139-151.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

LOBATO FILHO, General. *Fronteiras sudoeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1953.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato, 1925.

MATTE, Miguel. *Foz do Iguassú: estado do Paraná*. Curitiba: Livraria Mundial, 1931.

MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba, “República das letras” (1870/1920). *Revista eletrônica História em reflexão*. Dourados/MS, UFGD, vol. 2, n. 3, p. 2-26, jan./jun. 2008.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguacu (1888/1907)*. 245 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Geras, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2009.

PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre os o “Perigo Alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. *Obrageros, mensus e colonos: História do oeste paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZIENTARA, Benedict. Fronteira. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. v. 14. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 306-317.